

IMPORTÂNCIA DOS ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS NA GESTÃO DO CONHECIMENTO

RESUMO

As empresas atuam em um ambiente altamente competitivo onde a principal ferramenta para alcançar a vantagem de mercado é a informação, que, adicionada de insights, intuição, experiência em um processo cognitivo, pode gerar conhecimento. O conhecimento é considerado a nova matéria-prima da empresa, direcionando os investimentos para o capital intelectual, além de capital físico. A vantagem competitiva e adaptação com relação às mudanças ocorridas no mercado podem ser visualizadas por meio de indicadores financeiros. Esse artigo tem como objetivo enfatizar a importância do uso de indicadores financeiros para a gestão do conhecimento nas empresas. Para isso, após a análise de ativos intangíveis para a gestão do conhecimento por meio de vinte e uma metodologias, serão evidenciadas vinte e uma metodologias de ativos tangíveis que mostrem a importância de indicadores financeiros dentro das empresas, neste mesmo cenário. Os indicadores financeiros podem fornecer para as organizações que os utilizam, ricas informações sobre diversos tópicos como lucratividade, rentabilidade, capital investido, a margem de contribuição de cada produto ou serviço, a quantidade a ser vendida que mantém a empresa longe do prejuízo, entre outros. Cada um desses tópicos gera o conhecimento sobre como a organização está e sobre como a mesma deve prosseguir, fornecendo o fluxo de informações necessárias para explicar determinados fatos, concluir decisões e facilitar as ações que levem a empresa até o sucesso.

ABSTRACT

The companies act in highly competitive environment where the principal main to achieve the market advantage is the information, that, added insight, intuition, experience in a cognitive process, can be create the knowledge. The knowledge is consider a new form of management, directing the investment to the intellectual capital, beyond material capital. The competitive advantage and the adaptation about the changes on the market can be view through financial indicator. This article has an objective to emphasize the importance about use of financial indicator to knowledge management on the companies. For this, before analyze the intangible assets for the knowledge management through twenty-one methodology, will be evidenced twenty-one methodologies the tangible assets to show the importance to financial indicator in the companies, this same scenario. The financial indicator can be offer to the companies valuable information about several topics as profitability, invested capital, the contribution of products and services, the quantities to buy to keep up the company to far failure, etc. Each one these topics enable to the knowledge about how the company is and about how the company should to continue, through the necessary information to explain facts, to conclude decisions and to make easy actions to lead the company at the success.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão do Conhecimento; Ativos Tangíveis; Indicadores Financeiros.

1 INTRODUÇÃO

A gestão do conhecimento tem como principal finalidade o compartilhamento de informações entre os indivíduos de uma organização. Quanto mais o conhecimento é compartilhado, melhores são os resultados obtidos. A gestão do conhecimento apesar de ter

grande foco nas pessoas, também inclui outros meios para gerar o conhecimento. As organizações possuem um grande acervo de arquivos, métodos de trabalho e informações que representam os resultados obtidos através de suas atividades executadas. Os indicadores financeiros possibilitam uma infinidade de informações sobre a organização e são importantes métodos de avaliação de resultados.

A ênfase dada aos ativos tangíveis merece destaque devido aos mesmos apresentarem informações importantes que mensuram os resultados obtidos pela empresa desde seu desempenho diante de seus concorrentes até mudanças no cenário que a empresa está inserida e principalmente, auxilia seus gestores na tomada de decisão.

Os vários indicadores financeiros utilizados por uma organização na maioria das vezes são de conhecimento exclusivo da área financeira e dificilmente são compartilhados com outras áreas, fazendo com que esse conhecimento fique restrito para uma grande parcela de membros da organização impedindo o compartilhamento de muitas informações. Por isso, é necessário que as empresas conheçam a importância dos ativos tangíveis e suas formas de mensuração, que podem melhorar o desempenho da organização por gerarem conhecimento e permitir um valioso fluxo de informações auxiliando na tomada de decisão. O objetivo do presente artigo é enfatizar a importância do uso de indicadores financeiros para a gestão do conhecimento nas empresas. Está dividido em: (i) introdução, com cenário, objetivo e escopo do estudo; (2) gestão do conhecimento; (3) ativos tangíveis e intangíveis; (4) método de avaliação de ativos intangíveis; (5) ativos tangíveis, com demonstrativo do resultado, balanço patrimonial, demonstrativo de fluxo de caixa, análise de índices, entre outros; e, (6) conclusões e referências bibliográficas.

2 GESTÃO DO CONHECIMENTO

Atualmente as empresas encontram-se em um ambiente altamente competitivo onde a principal ferramenta para alcançar a vantagem de mercado é a informação, que, adicionada de insights, intuição, experiência em um processo cognitivo, pode gerar conhecimento. Com as constantes mudanças as organizações mais bem sucedidas são aquelas que valorizam, investem, e conseguem transformar o conhecimento em lucratividade para a empresa.

Hernandes, Cruz e Falcão (2000, p.3) explicam que “gestão do conhecimento é o processo pelo qual uma organização consciente e sistematicamente coleta, cria, organiza, compartilha e quantifica seu acervo de conhecimento para atingir seus objetivos estratégicos”.

Para Stewart (1998, *apud* LUCAS, LUCAS, 2009) as empresas afirmam que a matéria-prima essencial para realizar seu trabalho, é o conhecimento, que se tornou peça fundamental para a empresa obter sucesso.

Probst, Raub, Romhardt (2002) entendem que o conhecimento se baseia em dados e informações, porém ao contrário das mesmas, são ligados às pessoas. Já Davenport e Prusak (1998 *apud* Santos 2005) concordam que os dados são informações sobre eventos ou fatos que são armazenados por departamentos como marketing, finanças ou contabilidade.

A gestão do conhecimento é sinônimo do eixo pessoas, processo e tecnologia nas organizações, não obstante, o conhecimento pode ser originado por meio da análise de índices, dados, números vindos de diversas áreas da empresa.

Diversos autores citam as pessoas como fonte de conhecimento, e também efetuar análises de indicadores financeiros por meio de dados pode gerar conhecimento.

Gerir os ativos intangíveis é necessário pela rapidez que o fluxo de informações tomou nos últimos anos, juntamente com a complexidade do mercado que é altamente competitivo, fazendo com haja necessidade de transformação das empresas em relação ao seu comportamento. Somado a isso, as empresas precisam manter alguns de seus antigos comportamentos, mantendo o foco também nos processos produtivos.

Para Cruz (2002 *apud* Santos 2005) conhecimento é entender por meio da análise de dados e informações a essência de qualquer elemento. Com isso é possível perceber que a gestão do conhecimento pode contemplar tanto os ativos intangíveis, quanto os tangíveis, dado a complexidade dos negócios atualmente.

Analisar tópicos relacionados a lucratividade, rentabilidade, quantidade de produtos ou serviços a serem vendidos para manter a empresa longe do prejuízo, entre outros, geram o conhecimento sobre como a organização está e como a mesma deve prosseguir na tomada de decisão para garantir o sucesso.

3 CONCEITOS DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis de uma organização podem ser definidos como propriedades que possuem corpo material como exemplo máquinas e veículos, e os ativos intangíveis são imateriais, ou seja, não possuem corpo físico como exemplo a marca, direitos da empresa, duplicatas a receber e patentes registradas (HOSS et al., 2008).

Ativos tangíveis como equipamentos podem ser adquiridos por várias organizações, porém os intangíveis são únicos e exclusivos de cada organização e na grande maioria, determinam sua competitividade. De acordo com Lev (2001 *apud* KAYO, et al. 2006) na área financeira os ativos intangíveis são geradores de benefícios futuros como exemplo as ações.

4 MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

Rezende (2003), afirma que diversos métodos de mensuração de ativos intangíveis têm sido propostos de forma a associar fontes que adicionem valor e precifiquem o mercado aos ativos tradicionais.

O autor propõe vinte e uma metodologias para tornar os ativos intangíveis evidentes (Figura 1). Essas metodologias são subdivididas em quatro grupos, entre eles: Avaliação Direta, Avaliação dos Prêmios de Mercado, Avaliação dos Retornos dos Ativos e Avaliação por Placares Equilibrados.

Conforme citado, o método de Avaliação Direta (Direct Intellectual Capital Methods-DIC), é utilizado para mensurar o valor monetário do capital intelectual por meio da identificação e atribuição desses valores aos ativos intangíveis buscando resultados, enquanto o método de Avaliação dos Prêmios de Mercado (Market Capitalization Methods-MCM) identifica os ativos intangíveis e seus respectivos valores baseado na diferença do valor do livro (demonstrações contábeis da empresa) e o valor de mercado.

Já o método de Avaliação dos Retornos dos Ativos (Return on Assets Methods-ROA) deduz a receita dos ativos intangíveis comparando o ROA (calculado pela relação entre lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização e ativo médio) da organização com o ROA médio do setor. A diferença entre eles é multiplicada pelo ativo médio da organização, e o resultado é caracterizado como receita vinda dos intangíveis. O último método é Avaliação por Placares Equilibrados (Scorecards Methods-SC) que busca identificar focos gerando

índices e indicadores para os ativos intangíveis, posteriormente sendo indicados em mapas ou painéis.

	METODOLOGIA	AUTOR	SÍNTESE
<i>Direct Intellectual Capital Methods – DIC</i>	Agente de Tecnologia	Brooking (1986)	O valor do Capital Intelectual é obtido com base em diagnóstico e análise de 20 respostas a questionário sobre quatro componentes do CI.
	Ponderador de Patentes	Bontis (1996)	O desempenho do fator tecnologia do Capital Intelectual é calculado com base no valor das patentes estabelecidas e na relação destes com custos de desenvolvimento, número de patentes e participação nas vendas.
	Valoração Inclusiva	McPherson (1998)	Calcula o “Valor Combinado Adicionado” a partir da soma entre Valor Intangível Adicionado e Valor Monetário Adicionado. O Valor Intangível Adicionado é calculado com base na ponderação de indicadores hierarquizados.
<i>Direct Intellectual Capital Methods – DIC</i>	O Garimpador de Valor	Andriessen & Tiessen (2000)	Calcula e estabelece valor para cinco categorias de tangíveis: ativos e qualificações; habilidades e conhecimento tácito; valores e conduta; tecnologia e conhecimento explícito; processos básicos e gerenciamento. Proposto pela empresa de consultoria KPMG.
	Valoração dos Ativos Intelectuais	Sullivan (2000)	Calcula o valor da propriedade intelectual com base em informações de mercado.
	Criação Total de Valor TVC™	Andersson & McLean (2000)	Utiliza o desconto de fluxos de caixa projetados para examinar que eventos exercem maior impacto no valor produzido pelas atividades planejadas.
	Contabilidade para o Futuro (AFTF)	Nash H. (1998)	Utiliza a diferença entre os descontos de fluxos de caixa projetados em diferentes datas (início e fim do período analisado), como indicador de valor adicionado.
<i>Market Capitalization Methods – MCM</i>	Q de Tobin	Stewart (1997) Bontis (1999)	Determina o desempenho do Capital Intelectual a partir de variações na razão entre o valor de mercado e o valor de reposição dos ativos da organização.
	Valor de Mercado Definido pelo Investigador (IAMV™)	Standfield (1998)	Considera que o valor verdadeiro de uma organização é sua cotação a mercado que representa o somatório entre Tangíveis, Capital Intelectual Realizado, Erosão do Capital Intelectual e Vantagens Competitivas Sustentáveis.
	Comparação a Mercado	Stewart (1997) Luthy (1998)	O Capital Intelectual é considerado a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil de uma organização.

	METODOLOGIA	AUTOR	SÍNTESE
Return on Assets Methods – ROA	Valor Econômico Adicionado - EVA TM	Stewart (1997)	O desempenho do Capital Intelectual é correlacionado às variações positivas ou negativas do EVA.
	Custeio e Contabilização dos Recursos Humanos (HRCA)	Johansson (1996)	Calcula os impactos ocultos de RH que reduzem os lucros de uma organização com a contabilização gerencial na demonstração de resultado. O Capital Intelectual é mensurado com base no valor dos ativos humanos detidos pela organização – horas de treinamento, certificações etc. – dividido pelo fluxo descontado das despesas com a folha de pagamento.
Return on Assets Methods – ROA	Valor Intangível Calculado	Stewart (1997) Luthy (1998)	Calcula o retorno extraordinário dos ativos tangíveis e o distribui proporcionalmente entre os diversos ativos intangíveis.
	Receitas do Conhecimento	Lev (1999)	São consideradas Receitas do Conhecimento aquelas que superam as receitas esperadas em função do valor e da capacidade de produção dos ativos registrados pela contabilidade tradicional.
	Coefficiente do Valor Intelectual Adicionado VAIC TM	Pulic (1997)	Mensura como e quão eficientemente o Capital Intelectual e o Capital Financeiro criam valor com base no relacionamento entre Recursos Financeiros, Capital Humano e Capital Estrutural.
Scorecards Methods – SC	Inteligência do Capital Humano	Jac Fitz-Enz (1994)	Conjuntos de Indicadores do Capital Humano são coletados e comparados com informações de bases de dados. Apresenta semelhanças com o HRCA.
	Skandia Navigator TM	Edvinsson & Malone (1997)	O capital Intelectual é mesurado por meio da análise de até 164 métricas (91 associadas a medidores de intangíveis e 73 a medidores de tangíveis) que cobrem cinco focos de gestão: financeiro, consumidor, processos, renovação e desenvolvimento e humano.
	Value Chain Scoreboard TM	Lev B.	Apresenta as informações sob forma de matriz contendo indicadores não financeiros abrangendo três categorias ao longo da cadeia de valor. Descoberta a Aprendizagem, Implementação e Comercialização.
	Índice de Capital Intelectual IC-Index TM	Roos, Dragonetti & Edvinsson (1997)	Consolida os indicadores individualizados representativos das propriedades intelectuais e respectivos componentes em um único índice. Variações no índice são apreciadas em conjunto com as flutuações de preço das ações no mercado de capitais.
	Monitor de Ativos Intangíveis	Sveiby (1997)	Avalia indicadores de gestão dos ativos intangíveis a partir dos objetivos estratégicos e com base nos componentes crescimento, renovação, eficiência e estabilidade.
	Balanced Scorecard	Kaplan & Norton (1992)	A performance da organização é mensurada por indicadores abrangendo quatro perspectivas de gestão: financeira, consumidor, processos internos e aprendizagem. Os indicadores derivam dos objetivos estratégicos.

Figura 1. Categorização dos Métodos de Ativos Intangíveis
Fonte: Rezende, 2003, p. 57-59

5 ATIVOS TANGÍVEIS

Santos et al (2008), afirmam que a contabilidade é utilizada para mensurar os ativos disponíveis na empresa evidenciando valores em termos de dinheiro em relatórios contábeis.

Para Figueiredo e Moura (2001) a maior parte das decisões tomadas dentro da organização ocorre em condições de incerteza, e o papel da contabilidade é fornecer informações para auxiliar o processo de decisão.

A necessidade de ativos intangíveis nas empresas é incontestável, conforme Kayo (2002), mas isso não significa o desaparecimento dos ativos tangíveis, já que ambos definem o valor real das empresas.

Figueiredo e Moura (2001) concordam que o estudo de instrumentos matemáticos e estatísticos evita erros nas interpretações de eventos econômicos. A contabilidade vista como um sistema de informação é a base para a tendência do uso de modelos quantitativos para favorecer a tomada de decisão.

Para demonstrar a importância dos ativos tangíveis nas organizações serão evidenciados vinte e um indicadores financeiros que permitam a mensuração desses ativos, dentre elas, demonstrativo de resultado, balanço patrimonial, demonstrativo do fluxo de caixa, análise de índices, incluindo, índice de liquidez, de avaliação, de estrutura de capital, de retorno sobre patrimônio líquido, de rentabilidade, além de capital de giro em dias, necessidade líquida de capital de giro, valor presente líquido, análise vertical e horizontal, margem de segurança, custeio por atividade, custeio pelo método por absorção, custeio pelo método direto ou variável, custeamento pelo método custo-padrão, margem de contribuição, alavancagem operacional, e ponto de equilíbrio. Essas metodologias fornecem valiosas informações para auxiliar a tomada de decisão.

5.1 DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

Berk e Dermazo (2009) afirmam que o demonstrativo de resultados lista as receitas e despesas de uma empresa em determinado período. A última linha mostra o lucro líquido da empresa, e permite uma análise de sua rentabilidade naquele período.

As categorias do demonstrativo são: lucro bruto, calculado pela diferença entre as vendas e os custos; despesas operacionais, que são despesas decorrentes das atividades da empresa e nada tem a ver com os produtos ou serviços; lucro antes de juros e impostos, onde são incluídas fontes de receitas que não tem a ver com os negócios da empresa; e o lucro antes dos impostos e lucro líquido, onde são deduzidos juros pagos sobre dívidas em circulação dos lucros antes de juros e impostos para calcular o lucro antes do imposto e retirar os valores relacionados aos impostos corporativos para resultar no lucro líquido da empresa.

5.2. BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial refere-se aos ativos e passivos da organização. Os ativos são caixa, estoque, instalações, equipamentos e imóveis, e os passivos são as obrigações da empresa aos credores. Os ativos representam a forma como a empresa emprega seu capital, e os passivos é a forma de levantamento de dinheiro. (BERK E DERMAZO, 2009)

5.3 DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

O Demonstrativo do Fluxo de Caixa é dividido em dois métodos, direto e indireto. Para Hoji (2003) o método direto torna mais fácil a compreensão e visualização do demonstrativo, porque mostra os recebimentos e pagamentos referentes às atividades operacionais.

Já no método indireto “os recursos gerados pelas atividades operacionais são calculados por meio de lucro líquido ajustado complementado com aumento ou redução dos saldos das contas do Ativo e Passivo Circulantes”. (HOJI, 2003, p.298)

5.4 ANÁLISE DE ÍNDICES

A partir do demonstrativo de resultados é possível analisar os índices financeiros de uma empresa. Para Hoji (2003) a técnica de análise de índices é relacionar contas ou grupos de contas para obter conclusões sobre a situação econômica da empresa. Esses índices podem ser classificados como ótimo, bom, satisfatório ou deficiente, quando comparados com outras empresas.

5.4.1 Índices de Liquidez

São aqueles relacionados à situação financeira da empresa, e podem ser divididos em quatro categorias.

Conforme Hoji (2003) o primeiro é o Índice de Liquidez Geral que é a soma do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e passivo exigível a longo prazo, indicando a capacidade de pagamento das dívidas a longo prazo. O segundo é o Índice de Liquidez Corrente referente à razão do ativo circulante pelo passivo circulante, sendo considerado o melhor indicador da capacidade de pagamento de uma empresa. O terceiro é o Índice de Liquidez Seca, que é calculado pela diferença entre o ativo circulante, estoques e despesas do exercício seguinte dividida pelo passivo circulante, resultando na capacidade de liquidar dívidas de curto prazo, ou seja, se o resultado desse índice for 0,65 a empresa consegue obter recursos que liquidem 65% das dívidas. O último é o Índice de Liquidez Imediata que é o disponível dividido pelo passivo circulante, e indica a quantidade de recursos disponíveis pela empresa para liquidar dívidas de curto prazo.

5.4.2 Índices de Avaliação

Berk e Demarzo (2009) afirmam que vários índices são utilizados para mensurar o valor de mercado de uma empresa, entre eles o Índice Preço-Lucro, calculado dividindo o patrimônio líquido pelos rendimentos da empresa.

É utilizado para avaliar o valor de determinada ação, baseado na ideia de o valor de uma ação deve ser relativo ao nível de rentabilidade que ela pode gerar. Se o rendimento de uma empresa for negativo, esse índice não é útil.

5.4.3 Índices de Estrutura de Capital

Esses índices para Hoji (2003) indicam o quanto a empresa depende de capital de terceiros e o nível de imobilização do capital. Quanto menor for o índice, melhor para a empresa. O autor cita quatro Índices de Estrutura de Capital.

O Índice de Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais é calculado dividindo o exigível total pelo exigível total somado com o patrimônio líquido, e mostra o quanto do ativo é financiado pelo capital de terceiros.

O Índice de Composição de Endividamento é utilizado para calcular quanto da dívida vence no curto prazo. Sua estrutura é a razão entre o passivo circulante e o exigível total.

Já o Índice do Capital Próprio é calculado dividindo o ativo permanente pelo patrimônio determinando a quantidade de recursos próprios investidos no ativo permanente.

O último Índice de Estrutura de Capital é o Índice de Imobilização dos Recursos Não Correntes que mostra a parcela de recursos permanentes e de longo prazo investidos no ativo permanente. É calculado pela razão do ativo permanente e o patrimônio líquido somado ao exigível a longo prazo.

5.4.4 Índice de Retorno sobre Patrimônio Líquido

O retorno sobre o investimento de uma empresa avalia o retorno que a mesma teve sobre os seus investimentos passados. Se esse retorno for alto, a empresa pode visualizar boas oportunidades de investimento. (BERK E DERMAZO, 2009) Esse índice é calculado pela razão entre o lucro líquido e o valor contábil do patrimônio líquido.

Outro cálculo é o retorno sobre ativos, e segundo os autores, é a razão entre o lucro líquido e o ativo total.

5.4.5 Índices de Rentabilidade

Hoji (2003) afirma que os Índices de Rentabilidade medem quanto o capital investido rendeu. É um indicador que avalia o sucesso ou insucesso da empresa.

O primeiro índice é a Margem Bruta, calculada pela razão entre lucro bruto e receita operacional líquida. O resultado mostra quanto a empresa irá conseguir de lucro para cada R\$1,00 de receita líquida.

A Margem Líquida é calculada pelo lucro líquido dividido pela receita operacional, e seu resultado mostra a porcentagem restante das vendas líquidas após descontados todos os custos e despesas.

5.4.6 CAPITAL DE GIRO EM DIAS

As informações constadas no balanço patrimonial e no demonstrativo de resultado para avaliar o grau de eficiência com que a empresa utiliza seu capital de giro. As contas a receber podem ser expressas em número de dias de vendas que elas representam, sendo o

Prazo de Recebimento em Dias, calculado pelas contas a receber dividido pela vendas médias diárias. (BERK E DERMAZO, 2009)

Com base nos autores, as contas a pagar e os estoques podem ser expressos em termos de valor do custo dos bens vendidos em dias.

5.5 NECESSIDADE LÍQUIDA DE CAPITAL DE GIRO

Em Hoji (2003), tem-se a Necessidade Líquida de Capital de Giro como a diferença entre o Ativo Circulante Operacional (ACO) e o Passivo Circulante Operacional (PCO), ambos fornecidos pelo Balanço Patrimonial.

As contas de ACO e PCO conforme vão sendo liquidadas são substituídas por outras contas, portanto são contas cíclicas. O Saldo de Tesouraria é a diferença entre ativos e passivos referentes às contas não cíclicas que são o Ativo Circulante Não Operacional (ACNO) e o Passivo Circulante Não Operacional (PCNO).

O ACO é a aplicação natural do capital de giro, enquanto o PCO é a fonte natural de capital de giro. O ACNO é a aplicação do capital de giro em atividades financeiras e o PCNO é a fonte de capital de giro não operacional. (HOJI, 2003)

5.6 VALOR PRESENTE LÍQUIDO (NPV)

Se os valores de um custo ou um benefício são calculados em dinheiro, eles são chamados de valor presente. Portanto, o NPV é a diferença entre o valor presente dos benefícios e o valor presente dos custos. (BERK E DERMAZO, 2009)

Para os autores, o NPV é expresso em forma de dinheiro, por isso auxilia a tomada de decisão. Um projeto que possua um NPV positivo é um bom investimento, e aqueles com NPV negativo possuem custos maiores que os benefícios, por isso devem ser descartados.

5.7 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

Tanto a análise vertical como a horizontal fornecem informações sobre aumentos ou reduções referentes à Ativo e Passivo e outros itens do Demonstrativo de Resultados.

5.7.1 Análise Vertical

Conforme Hoji (2003), a Análise Vertical auxilia para visualizar o Passivo e Ativo, além da participação de cada item que compõe o Demonstrativo de Resultados. O cálculo do percentual participativo do Ativo e Passivo é dividir o valor de cada item pelo valor total do ativo ou passivo. Já o cálculo da participação dos itens é dividir cada item pelo valor da Receita Líquida.

5.7.2 Análise Horizontal

A Análise Horizontal torna evidente se os itens contidos no Balanço Patrimonial evoluíram durante determinado período. Conforme Hoji (2003, p.273) “calculam-se os números-índices estabelecendo o exercício mais antigo como índice-base 100”.

5.8 MARGEM DE SEGURANÇA

Segundo Bornia (2002 *apud* Wernke 2003) a margem de segurança consiste no excedente de vendas da empresa em relação às vendas do ponto de equilíbrio. Isto é, ela representa até que ponto as vendas podem cair sem que ocorram prejuízos na empresa.

De acordo com Wernke (2004, p. 62) “O volume de vendas excedente para analisar a margem de segurança pode ser tanto o valor das vendas orçadas como o valor real das vendas”. A representação da margem de segurança pode ser quantitativa, ou seja, unidades físicas ou monetárias, ou ainda em percentual.

5.9 CUSTEIO POR ATIVIDADE (ABC)

A atribuição essencial do custeio baseado em atividades, aludido por Nakagawa (2001), é o de demonstrar com a maior exatidão e transparência possíveis, as atividades de uma empresa, de modo a informar às pessoas as causas e taxas de consumo de recursos nos mais importantes processos de negócios.

Dessa forma, entende-se que o princípio básico do ABC, é identificar de que maneira as atividades desenvolvidas na empresa, que são direcionadas à produção de produtos e ao atendimento ao cliente, consomem os recursos da mesma e como esta é administrada, são de suma importância para o desenho e implementação do ABC.

De acordo com Bertó e Beulke (2005) o sistema ABC em relação à flexibilidade e competitividade, está entre o custeio integral e o custeio marginal. Não é tão flexível quanto o primeiro, nem tão rígido quanto o segundo. É considerado um sistema voltado para a estrutura interna da empresa, na busca de uma gestão eficiente. Nesse sistema as atividades são divididas entre as que agregam e não agregam valor ao produto. O objetivo final do método é eliminar aquelas atividades que não agregam valor e por meio disso, diminuir os custos da empresa que irá influenciar em sua capacidade competitiva.

Esse método apresenta vantagens na sua utilização. Segundo Wernke (2004), através do custeio ABC, a informação é melhor transmitida ao usuário pelo fato de que esse custeio é baseado em atividades e demonstra a ligação das mesmas com os resultados finais, além de permitir identificar atividades que agregam valor aos objetivos da empresa e eliminar as que não agregam valor, tornando as atividades mais simples e reduzindo custos nas atividades, incluindo todos os custos nos produtos através das atividades.

Entretanto, algumas desvantagens podem ser citadas também. Conforme Andrade, Batista e Sousa (2004), esse custeio requer a implantação de altos níveis de controle. Deve ser revisado com frequência e a empresa precisa reorganizar-se para sua implantação, o foco se concentra na geração de informação estratégica e pouco no seu uso. Dutra (2009) acrescenta que o custeio ABC, não pode apurar impostos, nem distribuir dividendos, é um método somente gerencial.

5.10 CUSTEIO PELO MÉTODO POR ABSORÇÃO

É considerado o método de custeio mais tradicional e é utilizado quando se almeja atribuir um valor de custos ao produto, atribuindo-lhe também uma parcela dos custos fixos (WERNKE, 2004). Conforme Mauad e Pamplona (2002) inicialmente há a separação dos custos e despesas, após é dividido o que é custo direto e indireto. Os diretos como matéria-prima, mão-de-obra direta e outros são apropriados de forma direta, já os indiretos são apropriados por meio de rateios.

Ainda segundo Mauad e Pamplona (2002), essa maneira de distribuição dos custos apresenta problemas em relação à apropriação dos custos indiretos, isso porque há a possibilidade de encontrar valores de custos divergentes, e por consequência afeta o valor final de cada produto. Isso acarreta análises distorcidas, e pode afetar a confiabilidade do uso desse método com relação às informações de custos. Para diminuir o impacto desse efeito, há a necessidade de realizar uma análise rigorosa das varias formas de rateio e optar por aquela que causa menos variação no valor final.

Bertó e Beulke (2005) argumentam que o sistema é o mais tradicional e observam que na época de seu surgimento a participação dos custos fixos era baixa considerando a composição geral do custo do produto e ainda, que a competitividade da época era mais baixa que atualmente. Hoje a situação mudou, sendo que custos e despesas possuem representação maior na composição do produto, isso porque o grau de automação das empresas se desenvolveu, e conseqüentemente aumentou a participação dos custos fixos de depreciações, seguros, aluguéis, entre outros. As despesas também aumentaram, em função de investimentos em P&D, comunicação, serviço pós-venda, etc.

Portanto, com as atuais mudanças no cenário econômico e competitivo em que estão as empresas, o custeio pelo método de absorção esta se tornando menos ajustado com a realidade de hoje. Por ser considerado um sistema rígido e inflexível, é mais utilizado para menores escalas.

5.11 CUSTEAMENTO PELO MÉTODO DIRETO OU VARIÁVEL

Para Wernke (2004), apenas custos facilmente identificados de produtos ou serviços vendidos, chamados diretos ou variáveis, é que serão apropriados. Os demais custos (indiretos e fixos) são desconsiderados em termos de custo do produto.

Martins (2000 apud MAUAD, PAMPLONA, 2002) diz que esse método surge como uma solução complementar sendo que aqui, são atribuídos apenas os custos variáveis ao produto, isso em função dos custos indiretos (normalmente custos fixos) que são muito arbitrários em seu rateio e também em razão da variação do volume por unidade.

O custeio direto também foi responsável por apresentar informações importantes, entre eles a margem de contribuição, que é responsável por facilitar a visualização da potencialidade do produto, mostrando como cada um contribui para amortizar gastos fixos e formar o lucro. Outros também podem ser citados, como a análise custo-volume-lucro, ponto de equilíbrio, margem de segurança, e alavancagem operacional.

5.12 CUSTEAMENTO PELO MÉTODO CUSTO-PADRÃO

De acordo com Bertó e Beulke (2005, p. 238) “Na metodologia de custos, o custo-padrão constitui historicamente um instrumento de grande valia no esforço constante que as empresas empreendem para se manter viáveis e bem dimensionadas do ponto de vista econômico”.

Baseado em Muller (1996 *apud* Muller 2003) este método visa estabelecer medidas de comparação referentes à eficiência da utilização dos meios de produção e seus custos associados. Em sua essência o custo-padrão é utilizado para determinar os custos variáveis que irão fazer parte do cálculo de margem de contribuição.

Uma das vantagens mais aparentes do custo-padrão é medir até que ponto os objetivos definidos anteriormente foram alcançados e a partir daí, administrar as exceções. Outra vantagem é que a implantação desse método favorece as diversas áreas uma integração, em relação ao alcance de objetivos comuns (BERTÓ, BEULKE, 2005).

5.13 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Em Perez, Oliveira e Costa (2010, p. 199) tem-se que “a margem de contribuição é um conceito de extrema importância para o custeio variável e para a tomada de decisões gerenciais”. Para calcular a margem de contribuição deve-se fazer a diferença entre o preço de venda e a soma dos custos e despesas variáveis.

Wernke (2004) diz que a margem de contribuição é imprescindível para se tomar decisões de curto prazo, possibilita análises para redução de custos, e maneiras de aumentar a quantidade das vendas bem como a redução dos preços unitários de venda dos produtos.

5.14 ALAVANCAGEM OPERACIONAL

Dantas, Lustosa e Medeiros (2006) conceituam alavancagem a partir do significado e alavanca na física, onde a obtenção do resultado está ligado proporcionalmente ao esforço empregado. Destacam-se dois tipos de alavancagem sendo operacional e financeira.

Na visão de Garrison e Noreen (2001 *apud* DANTAS, LUSTOSA, MEDEIROS, 2006) alavancagem operacional é tida como uma medida do grau de sensibilidade do lucro em função da variação da receita de venda. Atua como um multiplicador, pois possibilita crescer o lucro operacional em relação ao um aumento nas vendas. Ou seja, significa a grandeza da incerteza do lucro operacional em relação à incerteza das vendas.

5.15 PONTO DE EQUILÍBRIO

Em determinadas situações o gestor precisa saber qual o volume de vendas deve ser necessário para não amargar prejuízos. Ou ainda, qual deve ser o nível de produção e vendas, para que o lucro desejado pelos acionistas seja atingido. Essas e outras informações podem ser obtidas através do cálculo do Ponto de Equilíbrio (WERNKE, 2004).

Analisar o ponto de equilíbrio auxilia o gestor no momento de tomada de decisão relativa á alteração de mix de vendas, baseado no comportamento do mercado; alteração de políticas de vendas, como lançamento de novos produtos; planejamento e controle de vendas e resultados, entre outros (SANTOS, 2005).

6. CONCLUSÃO

A análise de ativos intangíveis nas empresas aumentou devido ao ambiente altamente competitivo no quais as empresas estão inseridas, e ao conceito de gestão do conhecimento que remete ao eixo pessoas, processo e tecnologia.

O objetivo do presente artigo foi enfatizar a importância do uso de indicadores financeiros para a gestão do conhecimento nas empresas.

As empresas têm focado seus esforços para investir em técnicas que permitam mensurar tanto os ativos tangíveis quanto os intangíveis, por necessidade de criar métricas que permitam validar tais medidas e demonstrar o real resultado.

Os ativos tangíveis oferecem informações como lucratividade, rentabilidade, aumento ou redução de ativos ou passivos, quantidade a ser vendida, entre outros tantos resultados, que permitem que a organização tome decisões que irão afetar toda a sua estrutura.

Com a visualização dos indicadores financeiros citados anteriormente, é possível perceber que os mesmos podem gerar conhecimento sobre práticas financeiras dentro das empresas, que afetam diretamente todos os setores da organização. Essas informações podem explicar fatos, auxiliar na conclusão de decisões e facilitar ações que façam a empresa seguir o rumo do sucesso.

Por meio da análise dos métodos de mensuração de ativos intangíveis, tem-se a valoração dos recursos de capital intelectual das empresas, já com os métodos dos ativos tangíveis, têm-se informações sobre o real capital físico das mesmas. Neste cenário, reitera-se o pressuposto de Kayo (2002) em que a necessidade de ativos intangíveis nas empresas é incontestável, mas isso não significa o desaparecimento dos ativos tangíveis, já que ambos definem o valor real das empresas.

Por fim, verifica-se a importância do uso de indicadores financeiros para a gestão do conhecimento nas empresas, tanto quanto os indicadores não-financeiros, como forma de buscar e garantir a sustentabilidade sócio-econômica-financeira.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. BATISTA, Daniel Gerhard. SOUSA, Cleber Batista de. **Vantagens e desvantagens da utilização do sistema de custeio ABC**. I Seminário de Gestão de Negócios da FAE- Centro Universitário Franciscano. Realizado nos dias 13 e 14 de outubro de 2004.

BASTOS, Rodrigo Vaz Gomes. FILHO, Miguel Lopes de Oliveira. **Informação Externa sobre Capital Intelectual Um estudo Empírico no Setor Bancário Espanhol**. I Congresso ANPCONT. Gramado, Rio Grande do Sul, Brasil. Realizado nos dias 17 a 19 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoI/02/CUE432.pdf>> . Acesso em: 04 de dezembro de 2010.

BERK, Jonathan. DEMARZO, Peter. **Finanças Empresariais**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BERTÓ, Dalvio José. BEULKE, Rolando. **Gestão de Custos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DANTAS, José Alves. MEDEIROS, Otávio Ribeiro de. LUSTOSA, Paulo Roberto B. **Reação do Mercado à Alavancagem Operacional: Um Estudo Empírico no Brasil**. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, n. 41, p. 72 – 86, Maio/Ago. 2006. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/cad41/jose_otavio_paulo_pg72a86.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2010.

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Sandra Maria de Aguiar. MOURA, Heber José de. **A Utilização dos Métodos Quantitativos na Contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v. 127, p. 52-61, 2001.

HERNANDES, Carlos Alberto.; CRUZ, Cláudio Silva da.; FALCÃO, Sérgio Dagnino. **Combinando o *Balanced Scorecard* com a Gestão do Conhecimento**. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, vol. 01, n.12. 2000. Disponível em <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/C12-art01.pdf>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira Uma Abordagem Prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HOSS, Osni; CASAGRANDE, Luiz Fernando; VESCO, Delci Grapegia Dal; METZNER, Claudio Marcos. **Contabilidade: ensino e decisão**. São Paulo: Atlas, 2008.

KAYO, Eduardo Kazuo. **A Estrutura de Capital e o Risco das Empresas Tangível e Intangível – Intensivas: Uma contribuição ao estudo da valoração das empresas**. 2002. 126f. Tese de Doutorado em Administração – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www2.ifes.com.br/webifes/conhecimento/Files/ADMINISTRA%25C7%25C3O%2520FINANCEIRA%2520e%2520CUSTOS/Avalia%25E7%25E3o%2520de%2520Intang%25E7%25E3o%2520Marcas/Teses%2520e%2520Disserta%25E7%25F5es/Tese%2520USP%2520%2520Estrutura%2520de%2520Capital%2520e%2520Ativos%2520Intang%25E7%25E3o%2520Dveis.pdf>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2010.

KAYO, Eduardo Kazuo; KIMURA, Herbert; MARTIN, Diógenes Manoel Leiva; NAKAMURA, Wilson Toshiro. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **RCA - Revista de Administração Contemporânea** versão on-line, v. 10, n. 3, p. 73-90, jul/set 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v10n3/a05v10n3.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2010.

LUCAS, Douglas Ribeiro. LUCAS, Denilson da Silva. **Capital Intelectual: Conhecimento, Habilidade e Competências que Geram Receitas**. São Paulo, 2009. Departamento de Administração da FEA/USP/SP. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/400.pdf>>. Acesso em: 24 de outubro, 2010.

MAUAD, Luiz Guilherme Azevedo; PAMPLONA, Edson Oliveira. **O Custeio ABC em empresas de serviços: características observadas na implantação em uma empresa do setor**. IX Congresso Brasileiro de Custos. Outubro de 2002. São Paulo.

MÜLLER, Cláudio José. **Gestão de Custos e Resultados em Serviços**. In: VIII Congresso Internacional de Custos (IIC). Punta del Este, 2003. Facultad de Ciencias Económicas da Universidad Nacional del Nordeste. Disponível em: <<http://eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/102.doc>>. Acesso em: 04 dez. 2010.

NAKAGAWA, Masayuki. **ABC: Custeio Baseado em Atividades**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREZ JR, José Hernandes. OLIVEIRA, Luís Martins de. COSTA, Rogério Guedes. **Gestão estratégica de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PROBST, Gilbert.; RAUB, Steffen.; ROMHARDT, Kai. **Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Bookman, 2002

REZENDE, José Francisco. **Balanced Scorecard e a gestão do Capital Intelectual: Alcançando a performance balanceada na Economia do Conhecimento**. 5. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SANTOS, Joel J. **Análise de custos: Remodelado com ênfase para sistema de custeio marginal, relatórios e estudos de casos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, José Luiz dos. et al. A Importância do Capital Intelectual na Gestão do Conhecimento. ConTexto, Porto Alegre, v. 8, n. 14, 2º semestre 2008. ISSN (Impresso): 1676-6016. ISSN (Online): 2175-8751. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/viewFile/11091/6582>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2010.

SANTOS, Marcelo Barbosa dos. **A Gestão do Conhecimento como prática corporativa geradora de vantagem competitiva sustentada**. FACOM - nº 15 - 2º semestre de 2005. Disponível em: <http://www.fAAPcecur.com.br/revista_faap/revista_facom/facom_15/_marcelo_barbosa.pdf>. Acesso em: 04 de dezembro de 2010.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos: uma abordagem prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WERNKE, Rodney. MEURER, Marcelo. BITENCOUR, Reginaldo M. **Análise custo/volume/lucro aplicada em empresa de pequeno porte: estudo de caso em indústria de**

sorvetes. 2003. Disponível em:
<<http://eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/023.doc>>. Acesso em: 04 dez. 2010.